

A Sala de Imprensa no Esquema da Informação Governamental

JOSÉ AUGUSTO GUERRA

Professor de Redação de Jornalismo da Universidade
de Brasília.

SUMÁRIO

Introdução. Orientação Profissional. A Notícia
Noutros Tempos. Flôres do Mal. Uma Questão de Bom
Senso. Entre o Marasmo e o Sensacional. Notícia:
Autoridade em Ação. Sala de Imprensa: Oficina de
Serviços. Pagador de Impostos, Cobrador de Pro-
messas. A Fonte Perene da Informação.

INTRODUÇÃO

Até que ponto a Sala de Imprensa, na Administração, tem
possibilidade de tornar-se elo essencial entre a autoridade e
o público?

Qualquer redator ou repórter de certa experiência, creden-
ciado junto a ministérios e repartições de alto nível do serviço
público, percebe, em pouco tempo, a importância de sua função.
Não é um profissional qualquer que a direção de um jornal, de
uma agência de notícias, de estação de rádio ou de TV designa
para tais encargos. Embora muitos os chamados, poucos, real-
mente, são os escolhidos. Aplica-se também aqui a antítese
evangélica, porquanto, para o desempenho correto de sua
função, o profissional, antes de tudo, deve ser discreto e res-
ponsável. Mas, acima da discrição e da responsabilidade —
virtude que se estende a qualquer categoria profissional — ao
jornalista se exige mais um requisito: deve ter espírito público.
Expressão um tanto deformada pelo mau uso ou abuso de que
é responsável certo nefelibatismo decorrente do elogio fácil e

da fácil oratória (que não são privilégios brasileiros), o espírito público representa tanto para o profissional credenciado que a falta de sensibilidade em compreendê-lo e assimilá-lo repercute de imediato no noticiário.

Na verdade, tem sido o espírito público uma quase entidade fantasma, um tanto metafísica, que tanto serve para esclarecer a verdade como para ampliar a mentira; tanto contribui para elevar a autoridade como para denegri-la. E aqui, em decorrência do subjetivismo que a envolve, estamos em face de um problema que, mais uma vez, depende exclusivamente do jornalista e não do fato que êle tenta cobrir.

Não nos atrevemos a definir o que seria êste espírito público tão evocado por gregos e troianos em horas tortuosas de acusações recíprocas, mas admitimos que um princípio se eleva acima da informação: a sua oportunidade. Então, se um Ministro ou um Deputado, em determinado momento, ao prestar um esclarecimento sôbre assunto da atualidade, solicita que tal ou qual aspecto não deve ser divulgado, a sua publicação equivale, sem dúvida, a uma quebra de confiança tácita, da ética profissional, que se estabelece pelo convívio com a autoridade, do profissional que faz a cobertura na Sala de Imprensa. Procedimento dessa natureza equivale a uma predisposição de quem, atentando contra um princípio de confiança pessoal, desconhece as normas que orientam o espírito público e, em alguns casos, a própria ética profissional. Não cabe, no momento, argumentar com exemplos sôbre a conveniência ou inconveniência do sigilo, porquanto é sabido que, na vida profissional de imprensa, muitas vêzes se pode sussurrar êstes versos de T. S. Elliot: "Between the idea/ And the reality/ Between the motion/ And the act/ Falls the Shadow/ Between the conception/ And the creation/ Between the emotion/ And the reponse/ Falls the Shadow/ ¹.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Se por um lado se exige do profissional credenciado das Salas de Imprensa essas virtudes de discrição, responsabilidade e espírito público, a que se alia o velho imanente bom senso, que dizer da autoridade responsável pela informação?

Aqui entramos na análise de um dos ângulos fundamentais do problema: a Sala de Imprensa como uma das mais im-

¹ Elliot, T.S. — *The Hollow Men*, in W. Somerset Maugham's *Introduction to Modern English and American Literature*, Home Library, Philadelphia, EUA, 1943.

portantes salas ministeriais, aquela que, a rigor, representa o ponto de apoio da autoridade em seu relacionamento com o público.

Estamos numa época em que a dinâmica da comunicação se processa de uma maneira tão diversa de vinte, trinta anos atrás, que, a começar pela escolha de seus auxiliares mais imediatos, a autoridade deve pensar duas vezes antes de designar aquele que será o seu representante junto à imprensa, aquele que terá oportunidade de organizar o esquema tático de transmitir uma dupla imagem: a imagem pessoal da autoridade e a imagem do que ele realiza.

Salvo num ou noutro setor da área federal, sob êsse aspecto, infelizmente, ainda estamos, em muitos setores da vida pública, andando de gatinhas. Geralmente se considera que um chefe de gabinete pode acumular as funções de assessor de imprensa. Transforma-se, por portaria, aquele burocrata competente, cidadão afável, risonho sempre, exímio redator de correspondência oficial num redator de notas avulsas que podem ser distribuídas no final ou depois do expediente. Não recriminemos a linguagem oficial acotovelando a linguagem jornalística, pois nosso chefe de gabinete desconhece o ofício de redigir notícias. Tampouco não o acusemos de desconhecer os horários das agências de notícias, das sucursais e até mesmo o tempo de que dispõe o redator para entregar a matéria. Nosso chefe de gabinete vive eficientemente em seu mundo de recomendações, despachos, telefonemas e registros da agenda. E que fazer se não entende que um minuto além do horário pode ser fatal com relação à divulgação da notícia, a ponto de prejudicá-la em parte, forçando nosso redator ou o **copy desk** a reduzi-la a pouco mais de dez linhas?

Dai a importância de um esquema de divulgação, sob a orientação de um profissional, a fim de evitar que ao funcionário altamente qualificado (como deve ser um chefe de gabinete) caiba essa tarefa, que ele não conhece, de redigir notas sobre as ocorrências da manhã e da tarde, num setor ministerial.

A NOTÍCIA NOUTROS TEMPOS

Nada mais essencial, portanto, que defender o ponto de vista de que para a missão de dirigir a Sala de Imprensa deve-se escolher um profissional da Comunicação. Se nem sempre isso acontece, a que atribuir certas escolhas indevidas, senão ao vêzo antigo de que ao jornalista cabe correr atrás da notícia e não a notícia procurar o jornalista?

Para compreendermos essa curiosa antinomia, recuemos um pouco no tempo, lá pelos idos de 30. Que encontramos? Geralmente, as notícias oficiais eram reproduções por inteiro do noticiário do **Diário Oficial** “cozinhadas” na redação. Ainda hoje, por falta da presença do jornalista em certas repartições, o secretário de redação designa redator para ler o **Diário Oficial** e nêle colhêr o que possa transformar-se em notícia. Nomeações, promoções, demissões, telegramas do interior com o inefável fecho **Cordiais Saudações**, breves registros de visitantes, informações brevíssimas sôbre convênios que seriam assinados ou que foram assinados dois, três dias antes. Enfim: habituado o leitor à modorra do tempo — e um tempo em que se andava de bonde — as notícias também circulavam lentamente, porque um hábito se constituíra rotina: o jornal era leitura demorada, depois do jantar. Não estávamos ainda na era da TV, com um “jornal nacional” que nos conta numa faixa de quinze minutos o que se passou, com palavras e imagens, nas cidades cobertas pelo satélite.

Ao lado dessa tranqüilidade, muito bem caracterizada por **Ciro dos Anjos** no início do romance **O Amanuense Belmiro** — “Ali pelo oitavo chope, chegamos à conclusão de que todos os problemas eram insolúveis”² — havia, porém, no jornalismo dessa época o que pontificava sôbre tôda a informação: o artigo de fundo. Artigo de fundo, em alguns jornais, tramava revoluções, derrubava governos. Comprava-se o jornal para ler **Júlio de Mesquita**, **Macedo Soares**, **Costa Rêgo**, **Assis Chateaubriand**, **Orlando Dantas**, **Geraldo Rocha** e tantos outros. O que valia mesmo era a opinião. E a notícia não passava de uma peça curta, sôbre a qual, vorazes, se atiravam os intérpretes sob a forma de artigos de fundo, comentários, sueltos, notas e várias. A notícia era um filho bastardo e seus divulgadores desprezíveis escribas.

Para se avaliar até que ponto existia o preconceito contra o noticiarista e o repórter — preconceito ainda cultivado em certas áreas ditas culturais — basta lembrar episódio ocorrido ao tempo em que **Euclides da Cunha** era repórter d’**O Estado de São Paulo**. **Péricles da Silva Pinheiro** relembra o que aconteceu:

“Encarregado pelo jornal de verificar e redigir a notícia de um incêndio num bairro paulistano, foi incapaz de fazê-lo. Teve em mãos, pela visão *in loco* todos os elementos do fato. Anotou-os, mas não conseguiu

² Anjos, **Ciro dos** — **O Amanuense Belmiro**, Liv. José Olympio Edit., 5ª ed., 1957.

absolutamente registrá-los. Tôdas as suas tentativas redundaram em vão, esparramando-se em pouco tempo, pelo assoalho da redação, bolas amassadas de papel. . .

Júlio Mesquita, ao cabo de algum tempo, perguntou: — Está pronta a notícia, Euclides?

Ao que êle respondeu:

— Ora, “seu”, Mesquita, mandar-me fazer uma notícia de incêndio é o mesmo que mandar Turenne caçar tico-tico”³.

Claro que atualmente, em decorrência da evolução das técnicas da redação da notícia, Euclides da Cunha não espalharia tantas bolas de papel no assoalho. E poderia hoje, no **Jornal da Tarde**, da mesma empresa, dar vazão às suas virtudes de escritor, mesmo na qualidade de repórter.

Essa mentalidade dos idos de 30, já um pouco diluída entre os que são jornalistas profissionais ou entre os estudantes de Comunicação, ainda vamos encontrá-la entre aqueles que, não profissionais, ocupam funções executivas e são procurados para informar. E aqui, por vèzes, o conflito se estabelece. E parece que estamos ouvindo Claude Vignon, personagem de Balzac, inspirando a resistência à informação, com êste conceito: “Un journal n’est plus fait pour éclairer, mais pour flatter les opinions”⁴. E o jornalista, mais um bisbilhoteiro, mais um estôrvo, que um colaborador da causa e da coisa pública.

FLÔRES DO MAL

E por que essa mentalidade subsiste na época da TV via satélite? do teletipo? do radiofoto?

Por que há jornalistas e jornalistas? Há profissionais que sabem o que fazem: buscam a notícia com o equilíbrio de quem procura esclarecer-se para informar; e há os arrivistas que só se preocupam com “furar”, mesmo um balão vazio. Outra categoria não menos arrivista e perigosa é a do profissional que fêz figura numa época em que proliferava uma “imprensa marrom”; na base da informação tendenciosa, explorava o “prato do dia” por outro prato de “matéria paga”, que não era de lentilhas. Ainda hoje, no jargão profissional, alude-se com menos frequên-

³ O Estado de São Paulo — “O Repórter do Estado em Canudos”, in Suplemento Literário de 22-1-66.

⁴ Balzac — *Illusions Perdues*, Classiques Garnier, Paris, p.356.

cia à expressão “picareta”, que Juarez Bahia assim define: “Profissional ou aventureiro que faz do jornalismo cavação e meio de golpes”⁵.

Êsse “picareta”, flor do mal de nosso jornalismo (e que existe em qualquer imprensa do mundo, diga-se), provoca na autoridade essa resistência passiva à informação. Enquanto não se estabelece o vínculo entre o profissional e a autoridade; enquanto certa confiança não se firma com base na experiência e no processo natural de contactos pessoais na Sala de Imprensa; enquanto a autoridade não se convence de que os profissionais são realmente profissionais, a imagem que lhe vem à mente é de que o jornalista não merece confiança, ou melhor, o jornalista é sempre o profissional de quem se deve desconfiar.

UMA QUESTÃO DE BOM SENSO

Entretanto, se no mundo profissional da Comunicação existem as moedas falsa e verdadeira, no mundo da administração há também informantes que variam em gênero e número, de acôrdo com a formação que receberam e o conceito que fazem da imprensa e de outros veículos de comunicação em geral.

Se a autoridade parte do conceito de que a imprensa, em vez de melhorar as relações entre o público e os homens de govêrno, as dificulta, inclina-se a resistir a atender o profissional, com receio de que suas palavras possam ser deturpadas. Cauteloso, divulga “notas oficiais” que dizem pouco ou não dizem nada. Entra aqui, mais uma vez, a arte sutil do redator de ofícios, especialista em escrever muito e esclarecer pouco. E, quando em contacto com os profissionais, mostra-se a autoridade reticente, sempre apressada, afirmando e repetindo que o que tinha a dizer “está na nota oficial”.

Há outra categoria de autoridade: embora liberal em seus contactos com os profissionais da imprensa, afável, costuma construir fossos entre o fato administrativo e a notícia, como se duas realidades houvesse: a que pode ser publicada e a que deve permanecer oculta. Invariavelmente. Claro que, sob certos aspectos, essa prudência é até necessária. Mas, transformar êsse comportamento divisório, essa atitude, numa maneira usual de ser, não é construtivo: nem para a sua personalidade, nem para a coisa pública.

5 Bahia, Juarez — *Jornal, História e Técnica* — Ed. Martins, São Paulo, 1967, p. 209.

Enfim, ainda o velho axioma se faz presente: a virtude está em distinguir o que é prejudicial do que é proveitoso na informação. Em resumo, num conjunto de informações, o que se deve e o que não se deve publicar. Entram assim em equilíbrio os dois bons sentidos: de quem informa e de quem escreve.

ENTRE O MARASMO E O SENSACIONAL

Estamos diante de dois mundos de vária psicologia. Nenhum jornalista que se preze se satisfaz com o marasmo do cotidiano. Ideal, do ponto de vista jornalístico, é a existência do acontecimento cheio de surpresa e rumor: a notícia quando sinônimo de inesperado. A antinotícia é a rotina tranqüila do cotidiano burocrático. Neste ponto, jornalistas e leitores estão de acôrdo: buscamos o sensacional, como derivativo para a modorra do dia a dia. Mas — eis a indefectível pergunta — que é sensacional numa Sala de Imprensa de um ministério, de um departamento, de uma prefeitura, de um serviço público? O sensacional seria, digamos, um incidente de repercussão no público: o desfalque, a renúncia, um conflito interno. É sob êste ângulo que McLuhan vê o livro e o jornal:

“Mas tanto o livro como o jornal são confessionais quanto ao caráter, criando o efeito de **estória interior** pela sua simples forma, descartado o conteúdo. Assim como a página do livro apresenta a estória interior das aventuras mentais do autor, a página do jornal apresenta a estória interna da comunidade em ação e interação. É por esta razão que a imprensa parece estar desempenhando mais fielmente seu papel, justamente quando apresenta o lado sujo das coisas. Notícia é sempre má notícia — má notícia **a respeito de alguém ou para alguém**”⁶.

No campo específico da informação governamental, sabemos que êste esquema de Mac Luham atende mais a um **jeux de mots** filosófico que à realidade. Não foi para registrar o inopinado com tôdas as suas tintas trágicas que se instituiu a Sala de Imprensa. O sensacional alcança a emotividade; o cotidiano sem tragicidade, mas positivo em seus efeitos, alcança a sensibilidade. Dizer que o produto bruto nacional está em ritmo de 9% ao ano é mais saudável do que revelar a penúria de tantos Fabianos no Nordeste. E por ser saudável, como informação econômica, não é menos notícia do que o trágico reflexo da sêca. Se a emotividade é instintiva, a sensibilidade

⁶ McLuhan, Marshall — **Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem** — Cultrix, São Paulo, p. 232 — 1969.

exige inteligência. Daí depender o êxito de um serviço de relações públicas, no trato com a imprensa, mais da capacidade de informar do que do fato em si mesmo.

NOTÍCIA: AUTORIDADE EM AÇÃO

Cada autoridade devia fazer-se esta pergunta: que tenho eu para informar em meu setor? Indagação mais jornalística: em que condições o serviço que dirijo se transforma em notícia?

Há uma tendência inconsciente, em alguns casos, para admitir que a notícia é o titular do cargo público. Numa paráfrase a que não falta certa ironia, vê-se no cargo uma projeção da personalidade, e chega-se a uma conclusão um tanto à Luiz XIV: "A notícia sou eu".

Engano. Na atividade pública, a autoridade, como criatura humana, só é notícia em dois momentos: quando assume e quando se afasta do cargo. Durante o exercício do mandato, a notícia é o que faz com repercussão na opinião pública. É a sua **ação** à frente de um governo, de um ministério, de um departamento, de uma diretoria, de uma seção. E acrescentamos: até a própria má ação macluhana, a inação, é menos notícia. O que não faz, o que deixa de fazer, embora reflexos negativos de uma personalidade (e em certos casos reflexos negativos de uma estrutura administrativa) não resulta em notícia. Por quê? Porque o **eu** da autoridade, apagado pela incompetência ou pela falta de iniciativa, extinguiu a importância da função. E o lema um tanto apavonado — "A notícia sou eu" — se transforma na antinotícia. O gabinete fica às môscas. A Sala de Imprensa se torna tranqüila e lúgubre como um sepúlcro. E até a engrenagem burocrática reduz seu ritmo: os processos se empilham nas mesas, se escondem nas gavetas, se empoleiram nos armários.

Mas, se à pergunta "que tenho eu para informar em meu setor?" corresponder a uma tomada de posição, vemos a necessidade de uma mobilização de equipes internamente e a uma aproximação maior com o público por intermédio da Sala de Imprensa.

SALA DE IMPRENSA: OFICINA DE SERVIÇOS

Na realidade, em certas unidades governamentais ainda há muito o que aprender. Governar é transformar-se diàriamente em notícia. A complexidade da vida moderna exige, cada vez mais, pronto esclarecimento ao que se passa em qualquer setor administrativo. As decisões oficiais, salvo aquelas que,

por sua natureza específica, interessam à segurança nacional, não podem ficar **intra muros**. Basta observar como o público está exigindo, num crescendo, o noticiário de **serviços**: aquêle em que se pode, a qualquer momento, saber o que se passa na cidade, desde a seção quem é quem, às informações sôbre onde se almoça uma carne de sol com feijão de corda e torresmo; quais os concertos; onde pagar luz, telefone e impostos; quais as novidades em livros, discos, exposições; programação de teatros, **shows** e cinemas; em resumo: tudo aquilo que, entretenimento ou não, interessa ao público.

E por que não oferecer a êste público informações de natureza administrativa sem o ranço protocolar, nem o vinco da linguagem burocrática? Certas reações à informação governamental decorrem mais da distância que se costuma manter entre o público e o serviço, do que da falta de eficiência.

(Embora pertença a outra área de estudos, a do contacto direto do público com o funcionário, abro êste parêntese para confessar que, quando enfrento filas em guichês de repartições públicas, sempre me vem a observação de que um dos maiores inimigos da Administração é o vidro fôsko e sua minúscula abertura, pela qual, obrigatòriamente, transitam as mais variadas informações verbais sôbre um processo. Inimigo público dos piores, repito, o vidro fôsko necessita de uma portaria ou ordem de serviço para ser estilhaçado e banido das repartições. Depois de enfrentarmos a fila, pedimos a informação e, minutos depois, a voz que vem por trás do vidro fôsko é inaudível. Insistimos. Ouvimos a explicação pela metade, não entendemos direito, insistimos ainda num detalhe um pouco obscuro. Inútil. A voz, desta vez mais forte, interrompe-nos, dizendo que não tem mais nada a esclarecer: disse o que sabia. Queremos ver o rosto que fala. Ora ficamos nas pontas dos pés, ora nos agachamos. Desastre: perturbamos a tranqüillidade dos que esperam na fila. Aflitos, saímos resmungando. Felizmente, nos socorremos de um contínuo, que diz ser nosso "chapa", e que, afinal, termina abrindo-nos a porta para os secretos mistérios da burocracia.)

A Sala de Imprensa ocupa, pois, uma posição fundamental. Pode transformar-se numa oficina de **serviços** e não só a fonte de um noticiário digno de uma manchete ou de uma notícia em quatro colunas. Organizá-la, estruturá-la em condições tais que se transforme numa ponte entre a autoridade e o público, é função que não se pode considerar secundária. Inclusive como ponto de apoio da própria filosofia democrática

de govêrno, a Sala de Imprensa é instrumento essencial. Pois o importante, reafirmamos, não é a autoridade em si mesma, mas a sua ação, projeção viva de sua capacidade de administrar.

PAGADOR DE IMPOSTOS, COBRADOR DE PROMESSAS

Se o vidro fôsko, glacial, bloqueia um simples cidadão que procura inteirar-se dos passos de um processo, a ausência de informação governamental é uma parede opaca isolando a autoridade. E nada pior num esquema governamental que essa distância, êsse isolamento entre a autoridade e o público, instintivamente, um crítico inato. O pagador de impostos é sempre um renitente cobrador de promessas, ainda que a autoridade nada tenha prometido. Por que então não dar a êsse cobrador de promessas, mesmo não proferidas, as informações que lhe permita colocar nos pratos da balança as realidades administrativas de seu País, de seu Estado, de seu Município, do próprio Instituto de que é contribuinte?

Tarefa nem sempre fácil, reconhecamos, embora, por cima de paus e pedras deva ser encaminhada com objetividade, apesar de todos os riscos. Corre-se o risco da má interpretação, da alevisia, das referências negativas, sem dúvida. Entretanto, em contraposição, vasto o campo da crítica positiva, construtiva, a crítica visando ao aprimoramento do esquema administrativo. Pois, muito pior do que correr o risco é fechar-se em silêncio. E pior ainda que o silêncio é substituí-lo pela claque.

Em têrmos de claque institucionalizada, vale a pena registrar aquêle triste espetáculo que James Reston viu durante a Segunda Guerra Mundial, quando pela primeira vez visitou a União Soviética. Em 1943 os alemães cercavam Smolenski e Moscou estava ameaçada. Conta o repórter do **New York Times**:

“Embora não estivéssemos em missão jornalística, procuramos os editôres do jornal oficial, o **Pravda**, onde fomos recebidos com cortesia, e visitamos o edifício do jornal. Os diretores mostraram-nos suas salas, as oficinas, as impressoras, e até mesmo o teatro construído especialmente para as famílias dos empregados.

Mas uma coisa nos surpreendeu. Não havia uma redação onde os repórteres se reunissem para contar suas descobertas e escrever seus despachos. Perguntamos o porquê disso, já que a reportagem é o coração de qualquer jornal americano. Nossos anfitriões não com-

preenderam nossa indagação, mas a explicação logo se tornou clara. Os "repórteres" não eram repórteres, na acepção americana da palavra. As "notícias" vinham, como os telegramas, de gabinetes governamentais em algum outro lugar de Moscou. Os "repórteres" eram técnicos trabalhando o material que funcionários públicos decidiam que devia sair no jornal.

Naquela brava e feia cidade, no momento em que a artilharia alemã não estava muito longe, eu podia mesmo acreditar na necessidade de uma imprensa controlada. Mas estava ainda alarmado com a idéia de que a imprensa podia ser o instrumento, e não o crítico, do govêrno. Desde então me fascinam as diferentes teorias sôbre as relações apropriadas entre os repórteres e autoridades governamentais" 7.

A FONTE PERENE DA INFORMAÇÃO

A observação de James Reston, cada vez mais atual, ajusta-se ao debate sôbre a função da imprensa. Não é mais aquêlê reduto de flibusteiros disfarçados de panfletários, quando a polêmica tinha qualquer coisa de capa-e-espada, e as injúrias, as ofensas, os destampatórios faziam parte do arsenal em prosa e verso para derrubar governos e destruir reputações. Devido a tanto destempêro verbal, não foram poucos os panfletários e polemistas que, à luz do dia ou a desoras, foram obrigados a engolir, debaixo de rebenque, o artigo que escreveram. Tema que ainda está a descoberto, à espera de quem sôbre êle se debruce, êste da polêmica corresponde aos duelos de fraqueza da época romântica. E mostra não só o lado pitoresco da história do jornalismo, mas permite se confronte, em têrmos de relacionamento da autoridade e os meios de comunicação, os métodos de ontem, instintivos, quase antropofágicos, com os de hoje, em que se cria para o jornalista um reduto especial, a Sala de Imprensa, onde êle vem beber a água na fonte da informação 8.

De ser a fonte pura ou impura é outro problema. Que a informação seja pura é o que se deseja. E que o profissional

7 Reston, James — *Artilharia da Imprensa* — Ed. Laudes, Rio, 1968, p.15.

8 O epigrama também fazia parte do arsenal da polêmica. Nem os grandes e renomados políticos escapavam. Em seu livro *Terra e Gente* (Ed. da Imprensa Universitária de Pernambuco), conta Mauro Mota que Antônio Siqueira, médico, terrível polemista, investiu certa vez contra Joaquim Nabuco, com esta virulência: "O que dizes não tem senso, / o que escreves não tem suco. / És um cômico mediocre, / não sejas bêsta, Nabuco. /"

não polua a informação, é outro requisito básico. Mas de uma coisa estamos certos, já aprendemos, governantes e governados: existe algo na informação que a torna perene: a necessidade de informar e de ser informado. De transmitir ao público e de o público ouvir a repercussão das providências tomadas. Este, um princípio que ontem e hoje mantém suas características bem definidas. Se vivemos uma época em que a presença do Estado é cada vez mais acentuada, também é verdadeiro que o cidadão comum, brasileiro, vacinado, participa das funções do Estado. Daí a necessidade de se criarem condições de equilíbrio entre as forças responsáveis pela equação social, através do esquema da informação governamental, em que a imprensa ocupa tanta importância quanto a mais eficiente equipe técnica que o Presidente da República possa reunir.

Num país em que se procura cultivar a liberdade de informação com responsabilidade, em que os veículos de comunicação adquirem importância maior à proporção que, bem informados, interpretam e opinam sobre os acontecimentos, a Sala de Imprensa não deve ser mero departamento de um serviço de relações públicas, onde se toma cafézinho, lê-se jornal e bate-se papo. Ponto de encontro dos profissionais da comunicação com a autoridade, na Sala de Imprensa forma-se diariamente e diariamente se desenvolve a dinâmica do relacionamento da Administração com o público. Isto compreendido e incentivado, o resto virá por acréscimo.